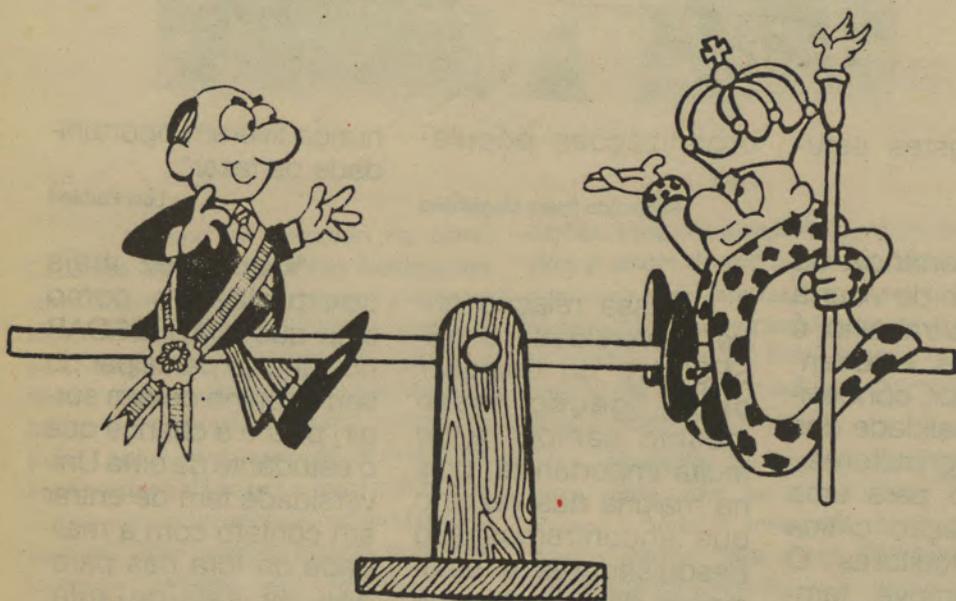




CAMBOTA

AV. GAL. OSÓRIO, 500 - CX. POSTAL, 124 - Fone(0465)234744 - FRANCISCO BELTRÃO - PI.

MONARQUIA OU REPÚBLICA? Parlamentarismo ou Presidencialismo?



Gorilas ou Raposas

Considerando os dois modelos, para cada conjunto de vantagens, pode-se apontar um conjunto de desvantagens. Mas, apesar disso, parece não haver dúvida de que o presidencialismo tende a projetar as lideranças populistas, os demagogos de palanques ou de TV, enquanto o parlamentarismo projeta as lideranças hábeis nas manobras de bastidores, nos arranjos políticos. Comparando com bichos, seria assim: o presidencialismo favorece os leões ou gorilas das praças públicas, enquanto o parlamentarismo favorece as raposas ou ratazanas do parlamento.

Ou seja, independentemente do sistema de governo, os gorilas e as raposas estarão sempre prontas para atacar e sempre bem alimentadas pelas elites dominantes.

Portanto, não basta votar, é preciso manter sob nosso controle os políticos em quem votamos.

Vamos participar conscientemente do plebiscito, mas não podemos esquecer que a luta continua no presidencialismo ou no parlamentarismo, porque os gorilas e as raposas continuarão agindo e os problemas continuarão existindo.

ADUBAÇÃO VERDE
está na hora do plantio
pág. 03

**CONGRESSO DOS
TRABALHADORES
RURAIS**

discute e propõe nova
estrutura sindical para
o campo
pág. 10

PÁSCOA

uma mensagem que
seu grupo poderá
encenar
pág. 11

Por uma Escola mais perto do povo

Os agricultores de 36 associações da região iniciaram um trabalho no sentido de que as famílias possam melhorar o planejamento de suas propriedades, de suas vidas e de suas associações. (veja mais sobre isso no CAMBOTA anterior, nº 186, pgs 6 e 7).



A primeira etapa com as associações foi a celebração do compromisso para esse trabalho conjunto e o levantamento da realidade de cada família participante.

Para esse trabalho de levantamento da realidade de cada família, os agricultores contaram com a colaboração de estagiários de várias Universidades e alunos da ECASIG (Escola de Agricultores Silvino Grando).

Publicamos aqui algumas avaliações

feitas por estes estudantes:

"A importância do estágio, além de visar a execução do trabalho, é propiciar aos estudantes um maior conhecimento da realidade dos pequenos agricultores, contribuindo para uma maior formação crítica desses agricultores. O estágio promove, também, um maior intercâmbio entre ASSESOAR e Universidades, contribuindo assim, para que estas venham a assumir um maior compromisso com as

organizações populares".

Reginaldo Sales Magalhães

"Essa relação entre Universidade e ASSESOAR, ou qualquer outra ligação nesse mesmo campo, é de muita importância, pois na maioria das vezes o que encontramos são pesquisadores e estudiosos de gabinete que não se sujeitam ir a campo para obterem maiores conhecimentos reais da realidade brasileira. Aprender teoria é muito simples e a maioria das pessoas conseguem, porém um contato direto, analisando na prática é algo que nem todas as pessoas se sujeitam a fazer ou

nunca tiveram oportunidade de fazer".

Luci Barbieri

"Cada vez mais oportunidades como esta que a ASSESOAR nos deu de participar do seu trabalho devem surgir, pois é a chance que o estudante de uma Universidade tem de entrar em contato com a realidade de fora das paredes da sala-de-aula. Realidade que muitas vezes nem é citada".

Eliza Maria Monteiro

"Parabéns à ASSESOAR por esta oportunidade quase única em nossas vidas de estudantes, de nos trazer de uma sala-de-aula para a vida prática de nosso cotidiano".

Ricardo Marques Teodósio

Leia e Divulgue o CAMBOTA

Para receber o CAMBOTA em sua casa, preencha este cupom e envie com cheque nominal ou vale postal à ASSESOAR, Cx.Postal 124 - CEP 85604-240 - Fco.Beltrão-PR.

Nome

Endereço

Município CEP UF

Contribuição anual: Cr\$ 60.000,00

É bom lembrar sempre que a escola longe da realidade e da vida do povo, só serve para favorecer uma minoria privilegiada. Precisamos aproximar cada vez mais a escola da realidade vivida pelo povo, só assim ela contribuirá para que todos tenham mais vida.

EXPEDIENTE

O CAMBOTA é um informativo da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR

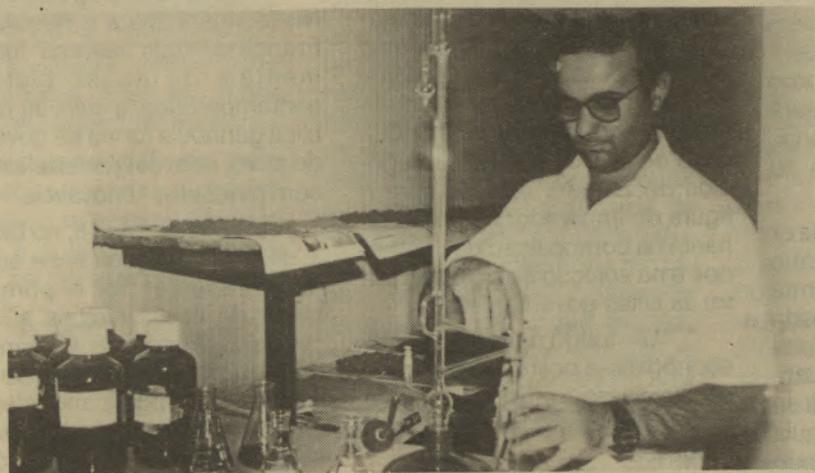
CONSELHO ADMINISTRATIVO: Ademir Dalazem, Celso Mumbach, Avejino Categari, Maria Helena do Couto, Luiz Pirin, Onildo Fagundes de Oliveira, Valdir Rech, Maria Eloni Agnes, Nilvo Martins, Jair Cozerski, Osmar C. da Silva e Ari Silvestro.

COLABORADORES: Claudino Veronese, INESC, INED, ISER, Clínica Natureza Viva, Vandereia Dambros

EQUIPE GRÁFICA: Ronis, Marlida, Ademir e Danilo

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Gráfica ASSESOAR - Av. General Osório, 500 - Cx. Postal 124 - 85604-240 - Fco. Beltrão-PR

Análise de Terra



O laboratório da ASSESOAR está funcionando até o mês de agosto. Se você quiser mandar fazer uma ou mais análises de seu solo, mande as amostras o quanto antes, porque senão depois vai demorar muito para ficar pronta. Com a nossa mania de deixar tudo para a última hora, pode acontecer que o laboratório fique com pouco trabalho agora e lá pelo mês de junho e julho, fique cheio demais.

Falar da importância de se conhecer o solo, parece não ser mais necessário para quem quer

ser um bom profissional da agricultura, mas vai aqui algumas orientações para se coletar uma boa amostra:

1) Dividir o terreno a ser amostrado em áreas semelhantes (baixadas, encostas, alto), vegetação, manejo, cor e tipo do solo (se é mais solta ou mais liguenta). É preciso tirar uma amostra para cada tipo de terra.

2) Definidos os pontos de amostragem, limpe o local escolhido, retirando capim, pedra e sujeiras, tendo o cuidado de não tirar também a

camada de solo. Faça uma cova de 25 cm de fundura.

3) Corte uma fatia de terra de cima a baixo, numa das paredes da cova, com 2 a 3 dedos de espessura.

4) Repetir esta operação em 10 lugares diferentes, na mesma área escolhida, caminhando sempre em ziguezague.

5) Coloque todas as amostras dentro de um balde limpo. Misture bem a terra no balde e coloque num saco plástico (mais ou menos meio quilo).

6) Amarre bem a boca do saco. Escreva nele todas as informações necessárias.

7) Para seu controle anote num caderno o número de cada amostra e local de onde foi retirada para você conhecer melhor a sua terra e também para consultar quando for adubar e corrigir o solo.

Adubações Verde de Inverno está na hora do Plantio

Veja alguns benefícios das adubações verdes e depois saia correndo a procura de sementes para plantar.

- A adubação verde, aumenta a fertilidade do solo, principalmente em nitrogênio através da fixação biológica do nitrogênio atmosférico, além de reciclar nutrientes como P = Fósforo e K = Potássio de camadas mais profundas;
- impede o desencadeamento do processo erosivo por não permitir o impacto direto da gota de chuva no solo;
- aumenta a infiltração diminuindo a enxurrada;
- atua como isolante térmico, atenuando as temperaturas extremas;
- abafa as ervas daninhas, evitando ou diminuindo a necessidade de capinas;
- favorece a manutenção da umidade do solo, diminuindo as perdas por evaporação;
- diminui as perdas de solo e nutrientes em função do controle de erosão;

- cria condições ambientais favoráveis ao incremento da vida microbiana do solo;
- contribui para um aumento da população de pequenos animais como: minhocas, insetos, fungos, etc...;
- produção de forragens de alto valor nutritivo para os animais em períodos de escassez de alimentos;
- deixa os solos mais soltos e fofos;
- auxiliam na eliminação de pragas e doenças do solo (nematóides - pequenos vermes invisíveis a olho nu).

ESTÁ NA HORA DO PLANTIO

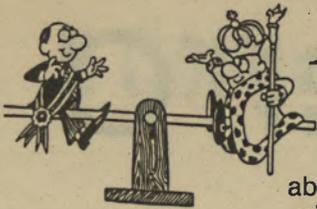
As adubações verdes de inverno podem ser plantadas no período de final de março a final de maio, dependendo da espécie e das condições e interesse do agricultor.

Na nossa região as que mais se adaptam, segundo a experiência dos agricultores, são: a Avica, Tremoço, Aveia, Espérgula, Nabo Forrageiro e Chicharo.

Se alguém tiver interesse de maiores informações sobre essas adubações verdes, poderão adquirir um livreto com as informações básicas sobre cada uma delas. Este livreto está à disposição de todos os interessados na ASSESOAR. Além do livreto, a ASSESOAR produziu um vídeo: "Adubação Verde" que também está à disposição dos interessados.

ONDE CONSEGUIR SEMENTES

Este talvez ainda seja o problema mais sério, mas não impossível de ser resolvido. Muitos agricultores estão produzindo sua própria semente de adubos verdes e até dispõem uma parte para venda ou para troca. O que precisamos é encontrar uma forma de nos comunicar. Até meado de abril sai o próximo CAMBOTA. Mande um recado, quem sabe dá certo. Aos poucos podemos criar essa corrente de comunicação entre os agricultores. Pense nisso e mande uma cartinha.



Monarquia ou República

Ivônio Barros Nunes

No plebiscito de 21 de abril, o eleitor brasileiro também vai decidir se o país continuará sendo uma República, tal como ocorre desde 1889, ou optará pela Monarquia Constitucional, voltando a ter um rei, como no Império.

Monarquia quer dizer governo de um só-monos (só) e arkhein (comando). É uma forma de governo muito antiga. Desde a antiguidade vimos vários tipos de monarquia. Mas, hoje, quando se fala em monarquia está se referindo ao tipo de monarquia moderna, que impera no Mundo de dois séculos para cá. Onde o rei (ou rainha) perdeu muito de seu poder absolutista e passou a submeter-se a um Parlamento eleito pelo povo.

As monarquias modernas são fruto de um longo processo de desenvolvimento político de cada país onde elas existem. Foram fruto de longas lutas políticas, guerras, revoltas e revoluções sufocadas. Aquelas que permanecem até os dias de hoje, são fruto de pactos entre as classes dirigentes, que mantiveram seus reis e rainhas como poderes moderadores entre as elites. **Em todos os casos, as monarquias foram sempre símbolo de exclusão do povo da vida política do país. Por isso muitos estudiosos afirmam que as monarquias sobreviveram por causa de pactos das elites contra o povo.**

No Brasil, a monarquia foi importada. Era o sistema vigente em Portugal quando foi proclamada a independência do Brasil. O filho de Dom João VI, rei de Portugal, foi coroado imperador do Brasil pelas elites locais. Ele depois renunciou e assumiu seu filho Dom Pedro II.

Em todos os casos, as monarquias foram sempre símbolo de exclusão do povo da vida política do País. Por isso muitos estudiosos afirmam que as Monarquias sobreviveram por causa de pactos das elites contra o povo.

Naquela época a monarquia brasileira já era uma monarquia constitucional. O rei não podia fazer tudo o que desejasse, havia um Parlamento (composto pela elite agrária) que cuidava de grande parte dos negócios do Estado. Mas sempre a figura do imperador foi predominante na composição dos governos e na solução de disputas entre as elites governantes.

Um longo período de crise econômica e política, no final do século passado, fez com que a monarquia fosse substituída pela república.

Mas mesmo com a república, a participação do povo na política é algo muito recente em nossa história. Na verdade, somente depois da década de 30 é que começamos a ver uma maior participação popular na política brasileira, mesmo assim com muitas restrições.

Caso a monarquia volte a ser a forma de governo do Brasil, não se sabe como será organizada, quanto menos quem será o rei.

Até mesmo aqueles que dizem ser a Família Real Brasileira estão brigando para ver quem é que poderá ser o rei do Brasil.

Também a idéia de República vem da antiguidade. Ela tem origem no latim *res publica*, que significa coisa pública, de interesse do povo. Mas como a monarquia, ela tem significado histórico e assim se diferenciou da monarquia por ser um governo democrático, contra o governo de um só. Com o desenvolvimento político dos povos, entre eles aqueles que têm governo monárquicos, essa distinção foi sendo reduzida, pois as monarquias foram adotando as características da república.

Com a independência Norte-americana e a Revolução Francesa, dois marcos fundamentais de nossa história contemporânea, a idéia da república ganhou a forma de governo do povo, com dirigentes eleitos e com mandatos renováveis.

Já no século 18, no Brasil, a idéia da república tinha adeptos. Tiradentes foi o primeiro mártir de nossa história a lutar contra o arbítrio da monarquia portuguesa. O Brasil que ele desejava era republicano, democrático e desenvolvido. Esses ideais marcaram nossa história. Várias outras rebeliões e revoluções foram marcadamente republicanas. Isto porque a idéia que sempre se teve é de que república é a forma de governo mais democrática.

Muitos críticos da república no Brasil têm certa razão em dizer que essa forma de governo jamais foi plenamente democrática. É certo, mas isso não se deve à forma de governo em abstrato. Cada forma de governo evolui com seu povo, é resultado de suas aspirações e lutas, também de seus pactos. **As elites dirigentes brasileiras sempre foram muito autoritárias e temeram muito ao povo, por isso tiraram-lhe oportunidades de governo e participação. Mas isso não significa que a idéia republicana esteja errada, o que é necessário é avançar na construção de uma república democrática e popular, que, a partir da organização do povo, seja erguida sobre bases participativas e populares.**

No plebiscito, a escolha mais importante será entre duas formas de república, a parlamentarista ou a presidencialista.

Como Votar

Votar bem é um dever, mas acima de tudo um direito de todo o cidadão. O dia em que todos os brasileiros e brasileiras usarem bem essa arma, o Brasil estará mudado. Os politiquinhos safados tem muito medo do povo esclarecido e consciente. Ninguém tem coragem de fazer maracutaia se sabe que o povo está vigiando.

Por isso vamos participar do plebiscito conscientes de que

esse, é só mais um passo na luta pela democratização do país.

Para votar, precisamos escolher a forma de governo e o sistema de governo que queremos para o Brasil.

Veja o modelo de cédula: para votar na forma de governo a gente escolhe se quer Monarquia ou República. Para votar no sistema de governo a gente es-

FORMAS DE GOVERNO	SISTEMA DE GOVERNO
<input type="checkbox"/> MONARQUIA	<input type="checkbox"/> PARLAMENTARISMO
<input type="checkbox"/> REPÚBLICA	<input type="checkbox"/> PRESIDENCIALISMO

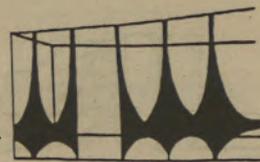
colhe se quer Parlamentarismo ou Presidencialismo.

Uma observação: se você votar na monarquia, não adianta votar no presidencialismo. Monarquia e presidencialismo não dá casamento.

Qualquer dúvida procure se informar e vote conscientemente.

Presidencialismo Democrático

Vladimir Palmeira



Toda a tradição democrática diz que a democracia quanto mais direta melhor. Hoje não se pode ter democracia direta como na Grécia. Nestas sociedades complexas em que vivemos, a solução é a democracia representativa. E é o presidencialismo que permite o exercício mais direto da democracia. No parlamentarismo são os deputados que elegem o presidente. No presidencialismo é o povo que elege diretamente o chefe do governo, sem intermediários, sem o colégio eleitoral de triste memória.

Além disso, o presidencialismo é mais democrático porque assegura mais equilíbrio entre os poderes. Permite que o Legislativo fortaleça e controle o Executivo. É falso pensar que o parlamentarismo fortalece o Legislativo. Nos países que adotam este sistema, 90% das leis são de iniciativa do Executivo. No presidencialismo americano 70% das leis são de iniciativa do Congresso. Isso mostra que é o presidencialismo que assegura através do choque o equilíbrio e a democracia. E acontece porque tanto o Executivo como o Legislativo dispõem de uma legitimidade oriunda do voto popular.

Quando os parlamentaristas falam em estabilidade, comparam Santo Antônio com rapadura. Coisas de natureza distinta. Não vale comparar o Brasil com a Europa. Não é o sistema de governo que garante a estabilidade da Europa. São as condições econômicas e sociais alcançadas pelos países daquele continente. O Brasil pode ser comparado com a Índia, onde a expectativa de vida de um primeiro-ministro está cada vez mais reduzida. Ou seja, precisamos abandonar os raciocínios mágicos e encarar o real. Este real passa até pela compreensão de que a estabilidade não é propriamente uma virtude a ser louvada por quem quer transformar a sociedade.

Também a flexibilidade atribuída ao parlamentarismo é discutível. Margareth Thatcher convocou eleições gerais para o imediato pós-guerra das Malvinas pra explorar o prestígio adquirido naquela aventura dos generais argentinos. Manteve-se dez anos no poder, desgastada foi substituída por outro conservador. John Major, que, aplicando o mesmo golpe, convocou eleições gerais para o dia que lhe convinha. George Buhs, submetido aos rigores do calendário da

democracia americana não pode explorar o prestígio que conseguiu na Guerra do Golfo e foi derrotado no altar da recessão. Isto significa que é o presidencialismo que assegura uma real rotatividade de dirigentes e de políticas.

Salta à vista também o caráter mais politizante das disputas diretas para o Executivo. Este é o momento privilegiado para o debate dos grandes temas nacionais. Foi sob bandeiras tipicamente presidencialistas que, na última década, o povo brasileiro se mobilizou pela democracia: campanha das diretas, campanha do Lula e, há pouco, campanha do impeachment, cujo sucesso desmente a tese de que, no presidencialismo toda crise política se transforma em crise de Estado a ser resolvida através do golpe. Isto significa que foi sob o signo do presidencialismo que avançamos na mobilização popular pela democracia.

Em verdade, o parlamentarismo visa a reduzir os espaços da democracia até agora conquistada e poupar as classes dominantes de sustos como o das eleições de 89 e do avanço das forças progressistas.

Este é o momento privilegiado para o debate dos grandes temas nacionais.

Parlamentarismo? Por quê?

Leôncio Martins Rodrigues



Na hipótese de que a opção parlamentarista seja vencedora, somente a partir de maio é que as negociações sobre o modelo de parlamentarismo serão para valer. É difícil prever quanto tempo será necessário para se chegar a um acordo e se promover as alterações constitucionais necessárias, inclusive no próprio regimento da Câmara. Mas, em princípio, a partir de outubro de 1993, teremos a revisão constitucional. Muito provavelmente, as discussões sobre o modelo parlamentarista irão coincidir com a reforma constitucional, sobrecarregando enormemente a agenda do Congresso. Mas os problemas não param aí. O parlamentarismo a nível federal seria incompatível com as eleições diretas para os governadores e também para os prefeitos das capitais e das grandes cidades. Logo, a mudança das

constituições estaduais e municipais se oporá. A conclusão é óbvia: a classe política brasileira mergulhará por mais alguns anos na discussão do modelo que deverá pautar o jogo dos interesses políticos no país, ampliando o período de incertezas quanto ao cenário institucional futuro. Convém lembrar que dezenas de dispositivos constitucionais votados em outubro de 1988 continuam aguardando regulamentação e que, em 1994, teremos eleições para presidente, Câmara de Deputados, dois terços do Senado, governadores dos Estados e assembleias legislativas.

Considerando que não há nada que, entre nós, garanta a superioridade do parlamentarismo, a prudência recomendaria dar um pouco mais de tempo à experiência presidencialista iniciada sob a Constituição de

1988. Um país não pode ficar mudando, a todo momento, as regras do jogo, criando a perpétua impressão de que tudo é provisório. Mudanças institucionais sucessivas, tanto na economia como na política, dificultam as previsões e o planejamento. É preciso ter em conta os custos do aprendizado de uma dada mudança. Numa conjuntura de crise econômica e social grave, começar uma nova experiência que ameaça abrir um vazio institucional prolongado, pode implicar um grave risco para nossa estabilidade democrática. Não se trata de defender o imobilismo, mas sim de mudar menos pra mudar melhor. As instituições da democracia, para se tornarem "sagradas" e legítimas, para se incorporarem aos costumes, para serem introjetadas pelos cidadãos, não podem ser alteradas a todo momento.

Não se trata de defender o imobilismo, mas sim de mudar menos para mudar melhor.



Parlamentarismo e Participação Popular

Plínio de Arruda Sampaio

Qual o regime que favorece mais a participação popular? O presidencialismo ou o parlamentarismo? Para dar resposta a esta questão, é preciso examinar três aspectos: natureza das decisões políticas; modalidades e requisitos da participação popular; sistema de governo e participação popular.

1. NATUREZA DAS DECISÕES POLÍTICAS

As decisões políticas afetam a vida de todos os membros da sociedade. Nas democracias, o sistema político é organizado de maneira a fazer com que as decisões política expressem sempre a escolha consciente da maioria da população entre várias alternativas de solução de problemas que afetam a sociedade. A expressão "escolha consciente" significa a exigência de informação e discussão política das vantagens e desvantagens de cada alternativa (a liberdade de imprensa decorre desse requisito democrático). Supõe ainda que os cidadãos tenham um mínimo de conhecimento político a fim de poder interpretar corretamente a informação recebida e entender o debate que se trava em torno da questão a ser decidida (liberdade de organização partidária, direito de reunião e de opinião decorrem deste outro requisito democrático).

Não vivemos em uma democracia direta como os gregos antigos que se sentavam todos os dias na praça e tomavam diretamente as decisões políticas. Nossa democracia é indireta, as decisões políticas são tomadas pelos representantes que elegemos para o Legislativo e o Executivo e isto dificulta a percepção de que são tomadas em nome da maioria do povo. Nas democracias avançadas, pode-se dizer que essa presunção corresponde mais ou menos à realidade, porque nesses casos a imprensa mostra claramente o que está em jogo em cada decisão política e os partidos executam eficazmente a tarefa de articular os interesses dos vários grupos por ela afetados. Nossa democracia não é avançada. Pelo contrário, é subdesenvolvida. Seus mecanismos não permitem que as decisões políticas expressem, em uma razoável medida, a escolha da maioria do povo brasileiro. Isto acontece por quatro motivos

principais: primeiro, porque a rede de comunicação de massas está em mãos de alguns grupos econômicos que filtram o noticiário e induzem interpretações dos fatos, de acordo com seus interesses; segundo, porque os quarenta partidos de que dispomos não são capazes de formar politicamente seus membros, nem de articular adequadamente os interesses dos segmentos sociais que dizem representar (alguns são clubes de caciques políticos; outros são máquinas eleitorais a serviço de seus chefões; outros ainda não passam de legendas de aluguel, disponíveis para quem dar mais; e, finalmente os poucos partidos - felizmente existem - que procuram realmente cumprir sua tarefa são obstaculizados pela falta de recursos, pelo uso indevido da máquina administrativa do Estado e pela propaganda desonesta dos adversários); terceiro, porque a lei eleitoral favorece a interferência do poder econômico em benefício de políticos e candidatos que defendem interesses de grupos financeiros; e, finalmente, porque a participação política não faz parte da cultura da pessoa comum do povo. Pelo contrário, no meio do povo, a política é considerada uma coisa "suja", um negócio de gente desonesta, do qual convém se afastar ou então só se aproximar para tirar algum proveito direto (nomear um parente, conseguir alguma providência administrativa, ou algum outro favor).

Sem a eliminação desses fatores não haverá participação popular adulta no processo político e sem essa participação dificilmente as decisões políticas resolverão os problemas da nossa sociedade, pela simples razão de que não representarão a opinião da maioria do povo, mas o interesse dos grupos que têm acesso às autoridades. O subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento político são faces de uma mesma moeda, de

modo que não se superará qualquer um deles isoladamente.

2. EM QUE CONSISTE A PARTICIPAÇÃO POPULAR?

Nem todas as pessoas têm vocação, tempo e condições para militar em um partido político. Mas é preciso ter bem claro que a participação popular não se limita exclusivamente a essa modalidade. Mesmo para militar em um partido e sem se envolver diretamente nos embates políticos, as pessoas podem participar na política na qualidade de cidadãos. Mas, para isso é preciso: primeiro, ter uma formação política básica, o que se adquire através da leitura e da discussão. Em seguida, é preciso dispor de alguma fonte idônea de informação sobre os fatos políticos, infelizmente os meios de comunicação de massa não satisfazem esse requisito porque a informação que transmitem está viciada pelos interesses dos grupos que a monopolizam. Os partidos, os sindicatos, as comunidades eclesiais de base, organizações não governamentais de defesa da ecologia, de promoção da cultura cumprem então o papel essencial de conferir essas informações e fornecer categorias para uma leitura crítica do que sai na imprensa.

Estes dois elementos bastam para que qualquer pessoa, independentemente do seu grau de escolaridade, adquira condições de seguir os debates e de encontrar os canais para expressar sua opinião. E aqui vem o aspecto essencial da participação política: é que a poderosa opinião pública não passa da soma de milhares ou milhões de opiniões individuais. Nas democracias, as pessoas que tomam as decisões políticas (dirigentes partidários, parlamentares, membros do Poder Executivo) procuram sempre afinar suas atitudes com a opinião pública e por isso a participação de cada pessoa é sempre relevante.

Se queremos viver em uma sociedade civilizada, precisamos substituir a regra selvagem do "cada um por si" pelo interesse de todos no governo da sociedade.

Isto nos coloca diante da dimensão ética do problema. Participar não constitui apenas um direito, mas também um dever de cada um. Se queremos viver em uma sociedade civilizada, precisamos substituir a regra selvagem do "cada um por si" pelo interesse de todos no governo da sociedade. Omitir-se a isto é falar com uma obrigação em relação aos semelhantes, porque significa literalmente deixar os mais fracos à mercê dos mais fortes.

3. SISTEMA DE GOVERNO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Colocada a questão nestes termos, a escolha entre os sistemas parlamentarista e presidencialista só representará um avanço político se constituir um meio de aumentar a participação do povo no processo político. Fora daí não passará de mais uma manobra das elites dominantes para desviar a atenção dos verdadeiros problemas do país. Portanto, a escolha entre parlamentarismo e presidencialismo precisa ser feita a partir de uma pergunta básica: qual o sistema que mais favorece a participação do povo na política?

No plano teórico, o regime parlamentarista favorece mais do que o outro a participação

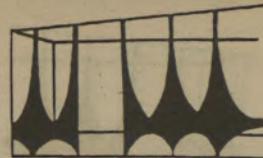
popular. No sistema presidencialista, como tudo acaba dependendo da aprovação do presidente, as decisões políticas são gestadas no interior da administração a partir das instruções do seu chefe e com reduzida participação popular. Terminada a etapa de formulação, as propostas são submetidas à aprovação do Poder Legislativo. Dada a complexidade das matérias, este não tem condições de abrir uma discussão mais profunda sobre o seu conteúdo. Os "lobbies" entram em cena, avançam sobre os deputados e o que deveria ser uma discussão aberta transforma-se em uma barganha de corredores. Não por acaso, a palavra inglesa "lobbies" indica as pessoas que trabalham nos corredores dos prédios públicos para conseguir das autoridades decisões favoráveis aos interesses dos grupos que as contratam.

No sistema parlamentarista o itinerário de aprovação de uma decisão política é semelhante, mas há uma diferença essencial: o Executivo depende do Legislativo. Se este não aprovar a decisão, o governo cai. Por isso mesmo, a discussão das decisões é muito mais ampla e profunda. O governo tem de comparecer ao Parlamento para defender seus projetos. Os "lobbies" têm mais dificuldade

para atuar. A presença rotineira do primeiro-ministro e dos ministros de Estado no plenário do Parlamento, debatendo com os deputados suas propostas, favorece enormemente a participação popular nas decisões.

No plano prático, essa vantagem do parlamentarismo nem sempre se torna efetiva, porque o fortalecimento do Parlamento dificulta a ação, mas não elimina os "lobbies" e os políticos podem transformar o processo de tomada de decisões políticas em um jogo político para iniciados.

A conclusão, portanto, é a de que a adoção do parlamentarismo pode significar um avanço da participação popular, mas sob a condição de que, junto com a mudança do sistema de governo, se faça uma reforma da lei de organização partidária, da lei eleitoral e do sistema de comunicação de massas. Só desse modo estarão assentadas as bases para que os partidos políticos e as entidades da sociedade civil realizem um trabalho de mais fôlego e de mais longo prazo: a elevação da cultura política do povo. E só quando essa cultura atingir um nível mais elevado, nossa democracia tornar-se-á sólida e capaz de assegurar os direitos de cada um.



A escolha entre os sistemas parlamentarista e presidencialista só representará um avanço político se constituir um meio de aumentar a participação do povo no processo político.

Revisão Constitucional

Ivônio Barros Nunes

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu artigo 3º, determina que os deputados e senadores se reúnam a partir de outubro deste ano em uma única assembléia para fazer a revisão constitucional.

Os "lobbies" já estão começando a agir. Primeiro, querem assegurar que a revisão seja realmente ampla. Segundo, já debatem com os parlamentares mudanças que acham importantes. Um balanço geral no Congresso nos mostra que é muito provável vencer a idéia de que a revisão será ampla. A sociedade deve começar a se preparar para esse importante momento. Passando a idéia de uma revisão ampla, poderemos ter quase a reedição da Constituinte. As organizações não governamentais, as igrejas, os partidos de base popular, os sindicatos e demais organizações populares têm que começar a discutir seriamente o tema e, principalmente, articular, desde já, mecanismos de participação popular, que garantam a perma-

nência das conquistas obtidas na Constituição de 1988. É importante lembrar que esta revisão poderá não empolgar tanto a sociedade como a Constituinte e, assim, ampliará o poder dos "lobbies" empresariais e dos meios de comunicação na definição de mudanças constitucionais.

DIREITOS SOCIAIS: Os empresários já estão se organizando para retirar da Constituição as garantias que beneficiam os trabalhadores, argumentam que isso deve ser tratado somente pela legislação trabalhista.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: Governantes e empresários estão propondo a mudança da Constituição. Defendem o fim da aposentadoria por tempo de serviço e a criação de uma seguridade mista, pública e privada.

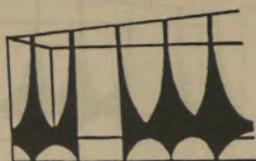
CAPITAL ESTRANGEIRO: As empresas multinacionais estão se articulando para acabar com o monopólio do petróleo e das telecomunicações, querem também igualdade de tratamento com relação a empresa nacional.

ESTADOS E MUNICÍPIOS: Tecocratas e grandes empresas querem diminuir a participação dos Estados e Municípios nas receitas da União, da mesma forma que desejam abolir a determinação legal de destinação de 18% da receita da União e 25% da receita dos estados e municípios para a educação.

Além desses temas, já existe articulação contrária a reforma agrária e haverá pressão da classe média conservadora contra os direitos das crianças e adolescentes. Outros estão mais preocupados com propostas que visam ao "encolhimento" do Estado, apóiam políticas privatizantes mais radicais e a eliminação de barreiras ao capital externo.

O plebiscito de abril é a primeira etapa desse processo. A organização popular para a discussão do plebiscito deve também começar a incorporar o debate da revisão constitucional, sob pena de se deixar promover uma revisão conservadora e anti-popular em outubro.

O plebiscito de abril é a primeira etapa desse processo. A organização popular para a discussão do plebiscito deve também começar a incorporar o debate da revisão constitucional, sob pena de se deixar promover uma revisão conservadora e anti-popular em outubro.



Argumento a Favor do Presidencialismo

Quanto mais direta a democracia, melhor. Lá em casa, quando uma coisa tem de ser resolvida, não falo com mamãe que fala com papai. A gente logo reúne a família. Assim é no presidencialismo, onde povo sempre elege o Chefe de Governo. Implantar o parlamentarismo no Brasil seria tirar da sociedade um direito recentemente recuperado. A gente lutou muito nas ruas para conquistar as Diretas Já, com eleições presidenciais depois de 30 anos sem ir às urnas para escolher o presidente. E lutou nas ruas pelo Fora Collor. Como agora abrir mão dessas conquistas? E mesmo que o modelo parlamentarista preveja eleição direta do presidente da República, o principal titular do Executivo - o primeiro ministro - será eleito apenas pelos deputados e senadores. E eu, como fico? Lambendo os beiços sem provar do doce?

O presidencialismo é o sistema que garante de fato a separação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O parlamentarismo é confuso, porque os dois poderes (Executivo e Legislativo) se repartem entre três órgãos (parlamento, Chefe de Estado e Chefe de Governo), causando crises frequentes porque eles não sabem direito quem é o responsável por cada área.

No parlamentarismo, o Legislativo perde sua liberdade em relação ao Executivo. E o Executivo fica de rabo preso com o Legislativo, pois é este quem escolhe o primeiro-ministro.

No mundo atual há certa tendência de encher mais o balão de um dos três poderes, ameaçando sufocar os outros. Esse perigo se agrava no parlamentarismo, já que o Legislativo é também Poder Executivo, e pode derrubar o primeiro-ministro e os outros ministros.

No caso brasileiro, o parlamentarismo pode gerar um clientelismo ainda mais forte que

no presidencialismo, porque não temos tradição de partidos fortes, politicamente definidos e que funcionem bem, seguindo direitinho suas idéias.

Com o parlamentarismo, as mudanças de ministério podem ocorrer toda hora. Vai ser um tal de crise política quase todo mês. Para segurar essa barra, é preciso existir uma estrutura permanente de funcionários (a burocracia ministerial) que seja eficiente, honesta e tecnicamente competente, garantindo a continuidade administrativa. Ora, isso é o contrário do que existe hoje neste país, onde só se vê o empreguismo, o clientelismo, a corrupção, a improvisação, os "trens da alegria", os "pistolões", a velha praga dos marajás e os funcionários fantasmas.

As eleições de deputados e senadores para o Legislativo são sempre mais vinculadas a grupos políticos e econômicos, e mais cheias de mutretas locais, que a eleição presidencial. A experiência de 1989, com Lula e Collor, comprovou a alta mobilização e a politização que a disputa direta provoca na população. Com o parlamentarismo, mesmo mantida a escolha do presidente pelo voto direto essa eleição sofrerá enorme esvaziamento, sem contribuir para a educação política do povo.

O que tem acontecido em outros países ensina que as mudanças políticas de uma nação na busca do desenvolvimento social e da justiça não podem ser feitas sem levar em conta as suas tradições culturais. Na América Latina em geral, e no Brasil, em particular, o presidencialismo já é pele no osso, uma tradição incorporada à vida nacional, tendo favorecido grandes avanços democráticos, como é prova a recente vitória do impeachment, que já corrigiu possíveis superpoderes do presidencialismo brasileiro.

Na história do Brasil é possível localizar alguns

presidentes com tendências progressista ou pelo menos dispostos a enfrentar as elites. Exemplos: Floriano Peixoto (que governou o Brasil de 1891 a 1894), Getúlio Vargas, nos anos 50, e Jango. Ao passo que o Legislativo é que nem madame em creche de pobre, quase não abraça as causas populares, como a reforma agrária, como aconteceu na Constituinte de 1987/88.

No parlamentarismo, o partido mais forte tem margem de manobra para convocar eleições no momento político que lhe seja mais favorável. Na Inglaterra, a primeira-ministra Margaret Thatcher, por exemplo, aproveitou espertamente sua alta popularidade após a Guerra das Malvinas (quando a Inglaterra lutou contra a Argentina) e convocou eleições que só reforçaram o seu Partido Conservador. Aliás, ela soube como ninguém utilizar os mecanismos que o parlamentarismo oferece para dissolver o parlamento e reforçar quem está no poder. Assim, se manteve 12 anos à frente do Governo inglês - mais do que o presidente de qualquer país democrático. E deixou a Inglaterra em situação desastrosa.

George Bush só não permanece no poder até hoje porque, nos Estados Unidos, o presidencialismo impediu que ele convocasse eleições semelhantes logo após a Guerra do Golfo, quando seu índice de popularidade atingia as estrelas.

O parlamentarismo pode cair bem como bebida quente em noite fria em países de alto desenvolvimento econômico e tecnológico, onde os desequilíbrios sociais são discretos e não há miséria. Nos países de grandes desigualdades como no Brasil, onde só se vê pobreza e marginalização, o presidencialismo favorece melhor a adoção de políticas destinadas a enfrentar esse quadro, impondo mudanças.

Nos países de grandes desigualdades como no Brasil, onde só se vê pobreza e marginalização, o presidencialismo favorece melhor a adoção de políticas destinadas a enfrentar esse quadro, impondo mudanças.

Argumento a Favor do Parlamentarismo



O parlamentarismo é a democratização do poder político. Nele, o poder não está nas mãos de um só homem, como Collor presidencialista, mas em mãos de toda uma equipe de ministros.

O presidencialismo mantém o poder de uma só pessoa, favorecendo os abusos administrativos e a corrupção, como ocorreu no período presidencial de Collor.

O parlamentarismo é um sistema que fortalece os partidos políticos. Nele, a galinha precisa vir antes do ovo. Adotado no Brasil, o parlamentarismo obrigará os partidos a terem definições políticas e ideológicas precisas, superando essa história de partido político seguir sempre a opinião de um cacique político, como burro amarrado em poste alto. Com o parlamentarismo no Brasil, tem que haver fidelidade partidária, pondo fim a essa maracutaia de deputados que se elegem por um partido e depois pulam a cerca para outro, enganando os eleitores.

O autoritarismo, que é essa mania de o presidente decidir tudo de sua cabeça, e as tentações ditatoriais, são muito mais frequentes no presidencialismo do que no parlamentarismo. A alta concentração de poderes nas mãos do presidente representa um passo na direção de ditaduras militares, que têm surgido na América Latina, na Ásia e na África nos últimos 30 anos. Sistemas parlamentaristas poderiam ter evitado boa parte das ditaduras que tomaram conta da América Latina nos últimos 30 anos.

No Presidencialismo, se o presidente é eleito por muito votos, isso pode virar a cabeça dele. Ele começa a se ver no espelho como um ser superior, uma espécie de Batman ou de Super-Homem, dotado de poderes especiais pelo voto popular. Assim, acha que pode governar por cima das instituições democráticas e desprezando o Poder Legislativo.

No parlamentarismo não haveria um processo de impeachment tão custoso para a nação quanto foi o de Collor. Bastaria o parlamento votar uma moção de censura ao gabinete ou governo (primeiro-ministro e ministros). No mesmo dia o governo cairia.

Na imensa maioria das experiências presidencialistas pelo

mundo, o governante vive sérios problemas de sustentação parlamentar, ou seja, a falta de apoio de deputados e senadores. Isso acontece porque, no presidencialismo, o presidente, fácil, fácil, cai na tentação de passar por cima do Legislativo ou de seduzí-lo através de barganhas, de liberações de verbas por debaixo do pano, de nomeações de cabos eleitorais. Assim, geram-se impasses como o que resultou na renúncia de Jânio, em 1961, e os escândalos como os de final do governo Sarney e do início do governo Collor.

O parlamentarismo possui instrumentos para contornar esse tipo de situação. No parlamentarismo, o governo só se instala se aprovado pelo parlamento (deputados e senadores). Em outras palavras, nele vale o provérbio "quem não tem competência, não se estabelece".

No presidencialismo, o fato de o presidente centralizar muitos poderes em suas mãos favorece sua imagem de "salvador da Pátria". O povo fica esperando do presidente soluções milagrosas ou mágicas. As instituições de representação política (como os partidos) não se fortalecem e a democracia fica fraca, como uma criança sem saúde.

No parlamentarismo, os eleitores controlam diretamente os deputados que elegeram e que, por sua vez, controlam o governo, derrubando-o quando o consideram ineficaz.

O parlamentarismo é um sistema como uma árvore firme e frondosa: tem raiz popular, o tronco tem vigor pela força dos partidos e quando batem os ventos das crises políticas nada quebra seus galhos. A árvore balança, mas não cai. Quem cai é o primeiro-ministro, ou seja, o governo. Às vezes, caem também os deputados. No parlamentarismo, tira-se do prédio os incompetentes sem precisar derrubar o prédio das instituições democráticas. No presidencialismo, para tirar incompetentes e corruptos é preciso balançar, rachar e ameaçar pôr abaixo o prédio. Isso porque no presidencialismo os mandatos (de presidente, de governadores, etc) são praticamente intocáveis, e um presidente só cai quando se consegue provar que formou quadrilha de assalto a cofre públicos e privados.

O modelo presidencialista brasileiro é um gato que já consumiu seus sete fôlegos, como ficou demonstrado com a destituição de Collor. Esse sistema foi incapaz de patrocinar a tal da modernização política, econômica e social do Brasil. Modernizar, para mim, é melhorar em benefício da vida do povo. O que o presidencialismo gerou foi um poder Executivo metido a imperador e favoreceu um processo de corrupção que foi um escândalo mundial. Quando um sistema de governo está falido é preciso experimentar outro, mesmo sem a total certeza sobre o perfeito funcionamento de cada engrenagem da nova proposta.

A adoção do parlamentarismo no Brasil representa também uma boa medida para a gente reagir à ofensiva neoliberal (o lucro de uns poucos acima das necessidades de muitos) que quer o nosso Estado enfraquecido, submetido às vontades extorsivas do FMI. Com parlamentarismo fica mais difícil privatizar (vender para particulares) as empresas públicas que o povo brasileiro levou tantos anos para montar. É mentira que essas empresas não dão lucros. Quando não dão é porque estão sendo mal administradas pelo governo. Devemos então mudar a administração e não vender o patrimônio dos brasileiros.

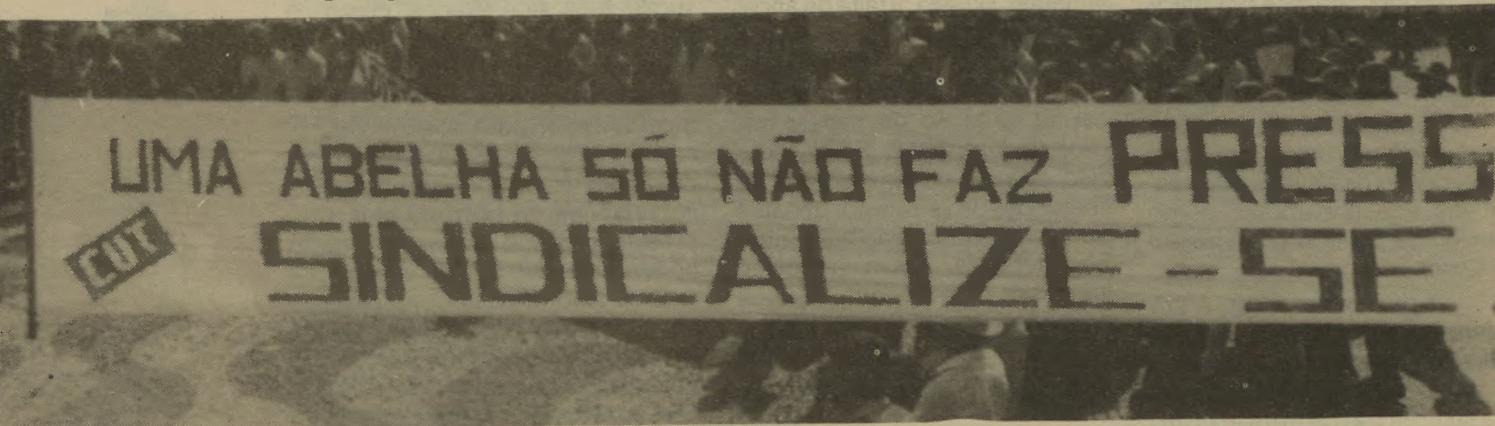
No parlamentarismo, os deputados controlam tintim por tintim cada ato do governo. E os eleitores controlam tintim por tintim cada atuação dos deputados. Isso alarga a nossa democracia, aperfeiçoa a administração do país e dificulta a corrupção.

No presidencialismo, os deputados não se sentem governo. Governo são o presidente e seus ministros. Então, os deputados costumam fazer oposição irresponsável ao governo, só para aparecerem na imprensa e conquistar votos. Isso porque seus mandatos são intocáveis. O sujeito é eleito por 4 anos e fica lá até terminar o prazo, mesmo que só diga besteiras e não faça nada. Tal modo de agir confunde a cabeça do povo e enfraquece a nossa democracia.

No presidencialismo é comum também o deputado e o senador colocarem seus interesses particulares e de seus amigos acima dos interesses do povo brasileiro.

**O
Parlamentarismo
é um sistema
como uma
árvore firme e
frondosa: tem
raiz popular, o
tronco tem vigor
pela força dos
partidos e
quando batem
os ventos das
crises políticas
nada quebra
seus galhos.**

II Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT



UMA ABELHA SÓ NÃO FAZ PRESSÃO
SINDICALIZE-SE

No CAMBOTA de janeiro e fevereiro/93 nº 186, tratamos da leitura que se faz da conjuntura no campo, hoje. Diante dessa conjuntura nos perguntávamos: qual deve ser o projeto dos sindicatos e demais organizações de pequenos produtores rurais e de assalariados para enfrentar a problemática que se abate sobre estes?

Neste CAMBOTA vamos procurar saber qual é o projeto que vai unir sindicatos e organizações de trabalhadores rurais para o enfrentamento conjunto dos problemas.

Em outubro próximo vai iniciar a revisão da Constituição Federal. Vamos voltar a debater a Reforma Agrária, a Política Agrícola, os Direitos Sociais, a Seguridade Social e o Sindicalismo. Os interesses dos trabalhadores serão garantidos na Constituição desde que o movimento sindical revele uma grande capacidade de elaboração e de mobilização.

A outra tarefa a realizar é construir a unidade na diversidade, com democracia, descentralização e organização. Não dá mais para qualquer sindicato ou organização dos trabalhadores ficar atuando de forma isolada. É necessário unir as forças, sem eliminar as diferenças que caracterizam cada forma de organização.

Além destas tarefas, o Departamento Nacional dos

Trabalhadores Rurais da CUT estabelece a necessidade de levar à frente o Projeto Alternativo de Desenvolvimento assim caracterizado:

- Democratização do uso da terra, com Reforma Agrária e nova Política Agrícola;

- Democratização e fortalecimento do Estado no atendimento à maioria do povo nas áreas da saúde, moradia, educação, assistência técnica e pesquisa agrícola;

- Fortalecimento da agricultura familiar;

- Por uma política salarial justa, pleno emprego, elevação da renda do trabalhador rural, cumprimento dos direitos trabalhistas constitucionais;

- Desenvolver um sindicalismo de massa e combativo;

- Unificação das lutas definidas a nível nacional, regional e estadual;

- Construção de uma ampla política de alianças estratégicas e táticas.

Outra tarefa que se coloca é reorganizar o movimento sindical no campo. O sindicalismo, do jeito que está estruturado não consegue responder os desafios colocados pelas mudanças que vem ocorrendo na agricultura brasileira.

Na IV Plenária Nacional da CUT ficou decidido que os sindicatos devem ser

organizados por "ramo de produção" e não mais por "categoria".

A tese que vai orientar os debates sobre esta questão no II Congresso Nacional do DNTR, a ser realizado de 25 a 28 de março/93, propõe que o sindicalismo rural seja estruturado e organizado por ramo de produção. Isso implica na criação de dois tipos de sindicatos para o meio rural:

a) **Os Sindicatos dos Trabalhadores Assalariados da Agroindústria e da Agropecuária**, com base regional ou estadual. Neste sindicato estariam todos os assalariados das diferentes cadeias produtivas (cana, laranja, etc; operadores de máquinas e motoristas; operários da indústria);

b) **Os Sindicatos de Trabalhadores em Regime de Economia Familiar**, com base regional ou estadual. Neste sindicato estariam os pequenos produtores integrados (suínos, aves, fumo...) e não integrados: arrendatários, posseiros, meeiros, extrativistas, percenteiros, aquicultores (pescadores em regime de economia familiar), etc.

Assim, o sindicato deixa de ser de base municipal e por categorias. Se torna de base regional ou estadual e por ramo de produção.

A direção é eleita com base regional ou estadual. Podem ter sub-sedes municipais ou haver formas or-

ganizativas por local de trabalho.

O sindicato, além de ser reivindicativo e propositivo, atuará junto à produção e à comercialização, tendo os princípios do sindicalismo combativo e classista.

Por ramos de produção entende-se, por um lado, a agroindústria e a agropecuária, e, por outro lado, os produtores em regime de economia familiar.

Pretende-se introduzir o conceito de "cadeia produtiva", isto é, o processo produtivo de determinado produto que vai desde sua produção inicial até sua comercialização.

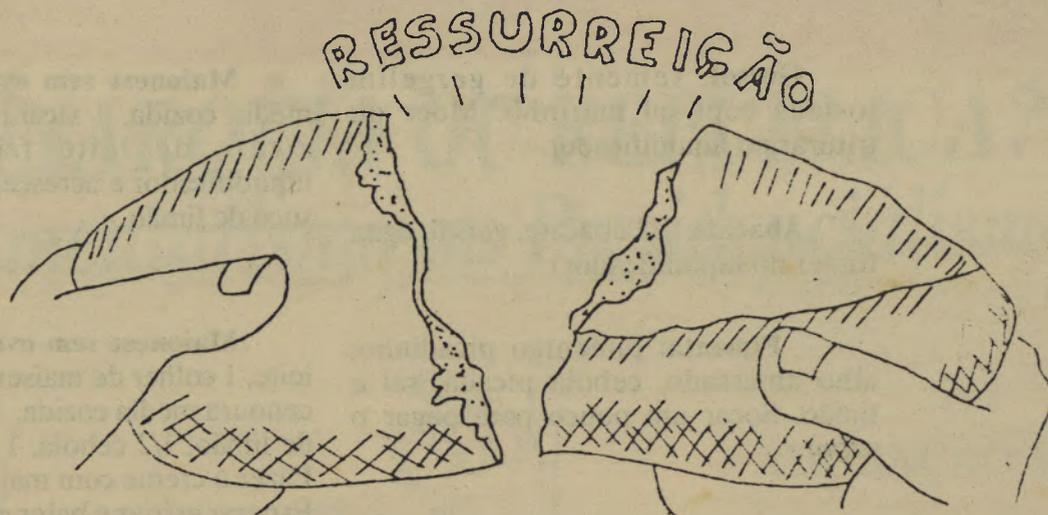
Em linhas gerais, esta é a proposta de estrutura sindical que está sendo debatida. E você o que pensa a respeito? O que falta ao movimento sindical dos trabalhadores rurais para se tornar um bom instrumento de luta? Participe você também desta discussão! Não espere tudo pronto dos outros companheiros! Leve esta proposta a outros companheiros seus e discutam!

Esta proposta é a que está na tese que a Executiva Nacional do DNTR está levando para o seu II Congresso a se realizar de 25 a 28/03/93

Claudino D. Veronese

Páscoa: Passagem para mais Vida

Uma mensagem que seu grupo poderá passar para a comunidade em forma de teatro, encenação ou celebração de Páscoa. Aqui tem sugestões. O grupo pode e deve ser criativo



(O grupo vai entrando em cena. Cada um de seus membros carrega um cartaz com uma das seguintes palavras: morte x vida, injustiça x justiça, guerra x paz, egoísmo x solidariedade, doença x saúde, voto x compra de voto, favela x casa, latifúndio x reforma agrária, política x politicagem, desemprego x trabalho, exploração x salário justo, fome x alimento, desespero x segurança, acumulação x partilha, ódio x amor, tristeza x alegria, violência x ternura... e/ou outras.)

Cada um se coloca em uma posição segurando o cartaz (virado, sem mostrar o que está escrito). Enquanto o narrador começa, entram mais duas pessoas com as palavras Páscoa e Vida e se colocam no meio, mostrando os cartazes.

Narrador 1: Aqui estamos para celebrar a Páscoa. Quem celebra faz acontecer. Nós estamos aqui porque queremos fazer acontecer a Páscoa. Páscoa é passagem. Passagem de um lugar para outro. Passagem de uma situação de menos vida para uma situação de mais vida. Há 1250 anos antes de Cristo o povo judeu comemorava a sua passagem, a sua Páscoa.

Narrador 2: No Egito, o povo hebreu era escravo. Com luta e perseverança, venceram o Faraó e seus soldados e conquistaram a terra prometida, onde viveram em paz, com liberdade, mais vida e alegria.

Narrador 1: Olhemos para esse cenário. Convido a todos para que repitam comigo: **Páscoa, Vida** (todos repetem). (Nesse momento as pessoas dos cartazes Páscoa e Vida se abaixam). Mas a nossa realidade é cheia de contra-

dições. Vivemos envolvidos por sinais de vida e sinais de morte. (os personagens começam a se movimentar e um a um, lentamente, vão virando os cartazes e mostrando para que todos leiam: em voz alta ou em silêncio e colocar uma música para reflexão ou um canto).

Narrador 2: Páscoa, passagem para mais vida; (os personagens com Páscoa e Vida se levantam), passagem para a alegria, para a paz. Paz que se conquista no dia-a-dia, com luta e perseverança.

Narrador 1: A vida, a fraternidade, a paz se conquista com força de vontade, com consciência crítica, com profundo desejo de mudar, de crescer e de melhorar. Diante dos sinais de morte que existem em nosso meio, nós não podemos calar e nem ficar de braços cruzados. (todos os cartazes com sinais de vida e abaixam, como quem cai e só ficam os sinais de morte). A Páscoa, a passagem para mais vida exige de todos nós uma atitude de mudança em nossa vida interior e uma atitude de luta para mudar a sociedade, a economia, a política. Quem é cristão não pode ficar calado diante da morte.

Leitor - Lc 24,1-10

Narrador 2: Jesus ressuscitou. Jesus está vivo. Nosso Deus é o Deus da vida e não da morte. Ressurreição é vida. Repitam comigo: queremos vida (todo repetem e os dois da Páscoa e Vida se levantam). Depois de cada apresentação de um sinal de morte todos repetem: queremos vida.

(Uma pessoa com cartaz de sinal de morte, apresenta o cartaz e diz a palavra em voz alta. Todos gritam forte: queremos vida. A pessoa queima o seu cartaz com o

sinal de morte em um latão com fogo. Uma pessoa com o sinal de vida levanta e diz em voz alta o seu sinal de vida. Assim até o último.)

Narrador 1: Vamos cantar. (Convida a todos para um canto de vitória.)

Narrador 2: Aleluia, Jesus Ressuscitou. O amor venceu. A vida venceu a morte.

Narrador 1: Nós venceremos a morte pela fé, pela coragem, pela força e pela graça de Jesus Cristo que age em nós. Ele estará sempre conosco.

Narrador 2: Toda vez que defendemos a vida é Jesus Cristo que age em nós. Vamos levantar bem alto o nosso desejo de viver. (Os personagens da vida erguem os cartazes e se movimentam lentamente e distribuem os cartazes para o público). Vamos elevar nossos sentimentos de amor e solidariedade. Vamos fortalecer nossa coragem e vontade de defender a vida e de construir um mundo melhor, de partilha, justiça e paz.

Narrador 1: Jesus ressuscitou e isto nos enche de esperança e de vontade de continuar a caminhada. A nossa ressurreição vai acontecendo nas nossas ações em defesa da vida; nas nossas mudanças de ser e de viver; nas nossas lutas por salário, casa, terra, liberdade; nas nossas lutas para que todos tenham vida em abundância.

Narrador 2: Jesus ressuscitou. Jesus venceu. A vida venceu a morte. Viva a vida.

Narrador 1: (Convida para um canto final e pede para que todos leiam todos os cartazes sinais de vida.)

MOLHOS PARA TEMPERAR SALADAS

Gersal: semente de gergelim tostada com sal marinho. Moer ou triturar no liquidificador.

Abacate: 1/2 abacate, gersal, água (bater no liquidificador)

Pimenta: pimentão picadinho, alho amassado, cebola picada, sal e limão. Socar um pouco para pegar o sabor.

Hortelã: cebola, cebolinha verde, sal, limão, 2 folhas de hortelã picadinha.

Soja: 1 xícara de leite concentrado de soja, 1 xícara de azeite mazola. Bater no liquidificador, colocar gotas de limão e desligar. Guarda-se este molho na geladeira e quando for servir acrescentar sal, temperinhos verdes, azeitonas. Se acrescentar mais óleo, pode-se fazer maionese de soja e até margarina.

Yogurt: preparar um mingau de leite e maisena e deixar esfriar. Colocar o yogurt e misturar bem. Coloque sal, alho ou pepino.

Maionese sem ovos I: 1 cenoura média cozida, 1 xícara de óleo, sal, 1 xícara de leite frio. Bater no liquidificador e acrescentar 1 colher de suco de limão.

Maionese sem ovos II: 1 copo de leite, 1 colher de maisena, sal a gosto, 1 cenoura média cozida, 1 colher de suco de limão, 1/2 cebola, 1 colher de óleo. Fazer o creme com maisena, leite e sal. Esperar esfriar e bater no liquidificador com os outros ingredientes. Acrescentar temperos.

Maionese de cenoura: 2 cenouras cozidas, 1 xícara de óleo, 1 xícara de água, limão e sal. Bater todos os ingredientes no liquidificador.

Maionese Econômica: Bater no liquidificador: 2 gemas cruas, caldo de 1 limão, sal a gosto, 1 alho picado. Ir pingando óleo ou azeite até ficar cremoso. Acrescentar 1 xícara de creme de maisena (leite e maisena) ou 1 xícara de goma de maisena (água e maisena).



CAMBOTA

CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO
CX.P. 65.107
01390-000 - SÃO PAULO - SP
BRASIL



IMPRESSO

Tonelli condena violência e acusa irresponsabilidade do Governo

No último dia 03 de março, o Paraná foi palco de um episódio muito grave: três policiais militares foram mortos em conflito com um grupo de trabalhadores sem-terra, no município de Campo Bonito, no Oeste do Paraná.

No dia seguinte, fiz um discurso na Câmara dos Deputados condenando energicamente a violência praticada.

O PT participa e apóia a luta histórica dos trabalhadores rurais pela terra, mas não respalda ações como esta, que incriminam o movimento. Pessoalmente, tenho sido um defensor incansável da reforma agrária, pois acredito que este é o único caminho para se alcançar a paz no campo.

Setores da imprensa regional, comprometidos com os latifundiários da UDR, trataram de explorar ao máximo o episódio, no intuito de comover a opinião pública e apresentar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como uma entidade que patrocina o crime. O que aconteceu em Campo Bonito não pode ser tolerado pelos verdadeiros defensores da reforma agrária, nem faz parte dos métodos defendidos pelo MST.

Por esta razão, não podemos aceitar manipulações torpes daqueles que pretendem comprometer toda luta pela reforma agrária, incriminando o MST, a Igreja, o PT, a CUT e todos aqueles que apóiam a luta dos sem-terra.

O fato de volta e meia se constatar nas fileiras da polícia algum policial que se deixa corromper, passando para o lado do crime, não nos autoriza a condenar toda corporação. Da mesma forma, o ato isolado de um grupo não pode ser usado para atingir todos aqueles que são solidários com a luta pela reforma agrária.

Nos últimos 30 anos, foram registrados no Brasil 1.731 assassinatos de trabalhadores rurais ou pessoas ligadas à luta do campo. Destes crimes, poucos mais de duas dezenas foram apurados, resultando em meia dúzia de condenações. A impunidade sempre protegeu os crimes do latifúndio.

Na origem da tragédia de Campo Bonito está a omissão criminosa das autoridades. A Fazenda

Santana, de domínio controverso, já havia sido ocupada em agosto de 1991. Um acordo entre o pretense proprietário da área, o INCRA, os sem-terra e o Governo Estadual, permitiu o assentamento de 34 famílias, restando outras 150 sem abrigo.

O INCRA assumiu então um compromisso, junto com o Governo do Estado, de procurar outra área para assentar estas famílias. Sem ter para onde ir, elas permaneceram acampadas na região, aguardando durante quase dois anos o cumprimento do acordo. Diante da falta de resposta, num gesto de desespero, estas famílias ocuparam outra área da Fazenda Santana, no dia anterior à tragédia.

Naquela fatídica quarta-feira, mantive um encontro com o governador Roberto Requião, em Brasília, quando lhe pedi serenidade, principalmente no sentido de evitar retaliação da Polícia Militar. Infelizmente Requião viajou para Roraima, deixando o Governo Estadual acéfalo e a polícia agir livremente, não impedindo abusos e violência contra as 150 famílias que ocupavam a área. No dia 08, a polícia executou sumariamente o lavrador Diniz Beto da Silva, mais conhecido como Teixeira, acusado de ter comandado a ação que resultou na morte dos policiais.

O governador Requião agiu com absoluta irresponsabilidade diante da sucessão destes fatos, respaldando ações da polícia para fazer justiça com as próprias mãos.

Cabe ao Governo Federal buscar soluções urgentes para o problema fundiário. Com a Lei Agrária em vigor, o Governo Federal tem o dever e a obrigação de ultimar um Plano Nacional de Reforma Agrária. Do contrário, vamos continuar assistindo a repetição de episódios deploráveis como o que ocorreu em Campo Bonito. **Desta vez, os "sinos dobram por três policiais", mas nas últimas três décadas eles já dobraram por 1.731 trabalhadores rurais, sem comover as autoridades.**

Pedro Tonelli

Deputado Federal pelo PT-PR
Correio do Trabalhador - Março/93

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Nós, entidades abaixo assinadas não concordamos com a perda de vidas humanas sob nenhuma hipótese. Assim nos manifestamos diante de mais um fato violento, onde morreram 04 trabalhadores (03 que acompanhavam o fazendeiro, que depois de mortos foram identificados como policiais, e um líder sem terra), na fazenda Santana, município de Campo Bonito-PR.

Contudo, não é a primeira vez que falamos a este respeito. Este fato é mais um entre tantos que já aconteceram e acontecerão caso medidas sérias não forem tomadas. Levantamos para análise da população os pontos que seguem:

1) Causa estranheza o fato de que quando os implicados em qualquer fato lamentável são trabalhadores, imediatamente parte da imprensa trabalha na base da difamação, inclusive da proposta de luta pelos direitos dos trabalhadores, entre eles o direito à terra. A mesma medida não é aplicada quando os principais implicados são os setores dominantes na atual sociedade, como é o caso dos fazendeiros e o próprio governo, dada sua omissão.

2) Uma abordagem que se pretenda séria na análise de questões deste tipo, não pode ficar no sensacionalismo e na superficialidade, como mais uma vez acontece neste caso. Precisamos ir à causa dos fatos.

Em nosso País é crônico e histórico o problema da concentração da terra e da expulsão dos pequenos agricultores em benefício de setores privilegiados - todas as políticas oficiais excluem a maioria da população. No caso do êxodo rural, a capacidade de absorção da mão-de-obra pelo meio urbano já está esgotada há pelo menos duas décadas.

Não há mais para onde ir. A possibilidade de vida tem implicado na sequência de acontecimentos violentos que já estamos cansados de acompanhar e vivenciar.

Temos que responsabilizar o Congresso Nacional e o governo federal, cujas leis e políticas, na maioria das vezes, não deixam outras alternativas à população empobrecida. No caso ocorrido na fazenda Santana, a posição adotada pelo próprio governo do Estado do Paraná causa estranheza, pois nos parece que leva o aumento da violência na medida que, indiretamente, incentiva a vingança por parte dos policiais.

O que importa é que os políticos e os governos priorizem a bandeira da Reforma Agrária. A violência será eliminada quando as possibilidades de vida forem democratizadas. Para os agricultores, a possibilidade de vida é o acesso à terra e às condições de produção.

ASSINAM:

CUT Regional Sudoeste do Paraná; ASSESOAR; Coordenação Regional de Associações; Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Realeza, Francisco Beltrão, Pérola D'Oeste, Ampére, Dois Vizinhos, Marmeleiro, Renascença, Santa Izabel D'Oeste, Salgado Filho, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Verê, Santo Antonio do Sudoeste, Planalto, Capanema; Sindicato dos Comerciantes, do Turismo, das Costureiras, dos Rodoviários e da Construção Civil e Mobiliário de Francisco Beltrão e Sindicato dos Rodoviários de Pato Branco.

CONFIRMADA A EXECUÇÃO SUMÁRIA DE TEIXEIRINHA

A Comissão Federal formada por representantes do Ministério da Justiça, OAB, ABI e Procuradoria Geral da República confirma: Diniz Bento da Silva, Teixeira foi executado e sua morte foi premeditada pela PM(PR). O relatório da Comissão contesta a versão oficial do Estado de que a sua morte ocorreu quando ele reagiu a voz de prisão.

O Relatório da Comissão Federal, cujos os principais trechos são publicados no Jornal Estado de São Paulo, indica com base nos depoimentos colhidos que houve coação física e tortura contra os trabalhadores sem terra e, principalmente contra a mulher e o filho menor de Teixeira, para indicação do paradeiro do líder dos Sem Terra. Da mesma forma, os integrantes da Comissão observam que os Sem Terra presos apresentavam sinais de tortura.

Com o desmascaramento da versão oficial da PM sobre o episódio restam ainda esclarecer inúmeras dúvidas, em especial sobre a operação que culminou com a caça e posterior execução de Teixeira.

O próprio comandante do 6º BPM, sediado em Cascavel Walter Pontes assumiu o comando da operação (Folha de Londrina 17/2/93), admitindo inclusive que houveram excessos. Da mesma forma, Fontes admitiu logo após a morte dos três policiais que foi ele quem ordenou a presença deles na área, em companhia do madeireiro Ademir Casol para uma Operação Secreta de "levantamento" da área, desrespeitando o decreto 643 de 07/08/91, do Governador Roberto Requião. Segundo este decreto todo e qualquer operação policial militar

em áreas ocupadas por trabalhadores deveria ser precedida de um estudo da Comissão Especial formada por órgãos governamentais cabendo ao próprio governador a palavra final sobre qualquer ação da PM.

Afinal, a que interesse se submeteu o comando do 6º BPM de Cascavel para agir por conta própria à revelia do governador e do acordo firmado entre a PM e MST durante encontro realizado entre as partes no Quartel da PM.

A VERDADE APARECERÁ

Alguns meios de comunicação, principalmente do Oeste do Paraná e alguns que se dizem profissionais da comunicação, tentaram passar para a sociedade uma deslavada e vergonhosa mentira que precisa ser desmascarada.

No próximo CAMBOTA faremos um relato mais detalhado do que aconteceu em Campo Bonito com os Sem Terra e os policiais mortos. Aguardem.